

SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO. **UM OLHAR SOBRE A CIDADE, SEUS NOMES** **E SUAS PRÁTICAS POLÍTICAS**

Gesualda Rasia¹

*Semântica do Acontecimento*², de Eduardo Guimarães, é resultado de uma trajetória de estudos e discussões de questões ligadas aos modos como os sentidos se constituem, e nessa empreitada, à enunciação como prática política. O envolvimento do autor nos projetos do LABEURB (Laboratório de Estudos urbanos da Unicamp) conduziu-o à especificidade do estudo sobre os nomes, *o que* e *como* eles significam. Editado pela Pontes, em 2002, e já contando com 2ª edição em 2005, o livro apresenta-se como significativa contribuição para as áreas de estudo que têm como preocupação o olhar sobre os modos como se constitui a relação língua/mundo. Para tanto, o autor elege como materialidade de análise o processo de designação e os sentidos por ela instaurados.

A perspectiva do teórico e a do analista fundem-se e conduzem o leitor por um trajeto pleno de descobertas: dos modos de dizer a cidade, passando pelo primeiro encontro do sujeito com a jurisdição, o ato de nomeação; daí para as ruas e avenidas, e finalizando no entorno das cidades.

O mapa, posto como texto, e portanto sujeito à interpretação, é matéria de reflexão sobre o que ele tem de mais incontornável: o político, que transpira pelos marcadores físicos e para além deles.

O objeto de análise, a designação, ao ser assim conceituado, já inscreve o autor em um território que o chama a distinguir coisas aparentemente semelhantes, tais como nomeação, referência, denotação. Guimarães esclarece, logo de início, que não está a tratar nem de nomeação e nem de referência, o que equivaleria à denotação, mas sim de designação como *significação de um nome*, própria de uma relação lingüística tecida pelo real, porque *tomada pela história*. O autor explicita filiações, rupturas e diálogos do interior dos estudos enunciativos. A enunciação, afirma ele, não se dá sem ser afetada pela ordem do simbólico, razão pela qual ela não remete a um sujeito cen

¹ UNIJUI (Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS).

² GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do Acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

tralizado, que instauraria uma temporalidade cronológica. Essas duas exclusões levam-no a relacionar a enunciação ao acontecimento de linguagem, instância que temporaliza e pela qual o sujeito é tomado. Para ele, a temporalização do acontecimento *recorta um passado como memorável* e simultaneamente *instala uma latência de futuro*.

No segundo capítulo, Guimarães discute o ato de conferir nome próprio aos indivíduos, mostrando como os processos nele implicados reportam a relações históricas de determinação. A combinação nome-sobrenome, à qual ainda se acrescentam, em alguns casos, especificadores como filho, Júnior etc, consiste em um processo de efeito de particularização que individualiza os sujeitos via construções morfossintáticas. Esse efeito de unicidade, desestabilizado pela apurada análise que Guimarães faz, deixa entrever o lugar da jurisdição, que obriga os pais ao exercício da nomeação, ao mesmo tempo em que abre espaço para a emergência de lugares-outros, tais como o da religiosidade, por exemplo. A aparente escolha se dá, nas palavras do autor, via agenciamento enunciativo específico, que *recorta como memoráveis nomes disponíveis como contemporâneos* ou que recorre a nomes de padres e de santos, por exemplo. O agenciamento enunciativo, sublinha Guimarães, é afetado pela memória do dizer, pelo interdiscurso, noção essa advinda da Análise de Discurso, área com a qual Guimarães tece alguns de seus diálogos.

O acontecimento é postulado, na obra, como indissolúvelmente tomado pelo político, esse último entendido como *fundamento das relações sociais*, e determinante da materialidade das divisões manifestas na linguagem. A desigualdade das divisões normativas do real contrapõem-se as afirmações de pertencimento dos desiguais. Esse espaço de contradição encontra-se instalado no centro do dizer, materializado por processos de designação, os quais incluem os silenciamentos. Esse é o cerne da análise de Guimarães, a qual, numa perspectiva de desconstrução, vai esfacelando os modos de designação em índice de revista, estabelecimentos comerciais, nomes de pessoas, ruas, bairros e cidades; escavando, nas entranhas das diferentes sedimentações, práticas políticas que resultaram modos diversos de dizer.

As ruas, cujos nomes são focados de modo específico no 3º capítulo, pertencem a Cosmópolis, cidade paulista com mais ou menos 50.000 habitantes. A perspectiva de análise, esclarece Guimarães, *não é o espaço físico, que tem uma palavra na língua para referi-lo, e depois os episódios históricos que ali ocorreram*. Para ele, *o espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa neste processo histórico* (p.43-4). Tal é demonstrado pela análise de diferentes estratégias de construção dos nomes próprios de rua, a partir de suas *estruturas morfossintáticas*, de seu *funcionamento semântico-enunciativo* e da *configuração*

da temporalidade do acontecimento. Nomes de rua como Dom Pedro I, 7 de Setembro, entre outros, tão comuns em diversas cidades do Brasil, dão conta de presentificar a memória do que é *ser brasileiro*. A dispersão desses enunciados, no mapa, reporta à Independência do Brasil, o que possibilita aí cifrar a cidade em sua relação de pertencimento à nação. Em outro recorte de análise, o texto remete às relações econômicas, de trabalho e de poder materializadas, via memória, nas nomeações. De um lado, nomes como Av. Ester, R. Artur Nogueira, Av. Centenário do Dr. Paulo de Almeida Nogueira e R. Coronel Silva Teles, os quais se ligam a nomes de fundadores da Usina Ester, cuja existência é central na vida econômica da cidade. De outro lado, o silenciamento em torno de nomes relacionados à luta política dos trabalhadores e do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Açucareira da cidade. *Tais nomes não entram na dispersão de narrativas que o mapa de Cosmópolis nos conta. Toda a história das enunciações de nomes de rua e do mapa em análise é a história, também, desta exclusão* (p.55).

O autor mostra, nesse desenho, que a presentificação da nacionalidade, do poder com suas exclusões reporta a temporalidades distintas, não isentas de conflitos, no entanto, constituídas a partir de um efeito de homogeneidade produzido pela enunciação administrativa.

O quarto capítulo do livro perfila a discussão do terceiro, ao focar o mapa, radiografia da cidade, com suas ruas e limites, como objeto de análise. Guimarães apresenta o mapa como *indicação de acessos ao mundo*. Isso se dá porque, para além de meramente descrever a topografia local e narrar fatos, o mapa apresenta-se como lugar de produção de sentidos, de mostragem da história e de suas contradições. Os nomes de ruas, enunciados dispersos contidos no texto-mapa, constituem-se a partir de um duplo funcionamento: aquele já mencionado anteriormente, que recorta um passado memorável e o presentifica; e outro que se apresenta como se fosse *presente e futuro sem memória*. Trata-se, esse último, da enunciação que advém do lugar do administrativo, e que nomeia com números, por exemplo: Rua 1, 2, 3...

Na designação da cidade, Cosmópolis, Guimarães mostra que a constituição etimológica abarca duplamente os sentidos de *universo* e de *cidade*, produzidos a partir de um esquecimento, que deixa como resíduo de evidência a idéia de homenagem aos diferentes povos que constituem a cidade. O que se apaga nesse rastro, denuncia o autor, é o fato de que esses imigrantes são também colonos e trabalhadores da usina Ester, necessariamente implicados em relações de trabalho.

Os capítulos cinco e seis abordam a enunciação dos nomes da cidade e de seus diferentes espaços. Para tanto, o autor postula a importância de considerar-se as *cenar enunciativas* nas quais os nomes e expressões se constitu

em, entendendo a cena enunciativa como *caracterizada por modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas* (p.23).

As designações apresentam-se na trama de suas reescrituras, ou seja, reaparecimento, substituições, retomadas, que, em vez de fixarem a referência, produzem sua deriva; para o autor, condição de existência do texto. Neste ponto do percurso pela cena urbana, Guimarães recupera uma discussão apresentada no início da obra, em torno dos modos como um índice de revista (no caso, a *Veja*) significa ao constituir uma seção intitulada Cidades, na qual justapõe temáticas ligadas, entre outras, à política e à economia das cidades. *Cidades* é, destaca o autor, um dos espaços da revista. E nele, a atenção à matéria *Terra Desaforada*, que trata do julgamento de José Rainha como acusado de responsável pela invasão de uma fazenda em 1989, mostra os efeitos produzidos nos modos de referenciar Pedro Canário, cidade onde ocorreu o fato. Nas matérias da referida seção, as designações para cidade, que oscilam entre *cidade*, *município*, *comarca* constituem um *jogo designativo parafrástico* que instaura uma temporalidade própria. A matéria, constituída como *reescrituração* das cidades, instaura esse lugar pela estratégia de predicação que funde o nome Pedro Canário a cidade e vice-versa. Guimarães mostra, via escavação pelo olhar, como a predicação se dá a partir de uma outridade do urbano: o espaço do campo, pelos lexemas *boi*, *estrada*, *economia agrícola*, entre outros. O estudo mostra a constituição ambivalente de cidade.

Os espaços da cidade são olhados, enfim, no que eles têm de essencialmente político em sua constituição e na distribuição dos espaços, nos sentidos que suas diferentes designações mobilizam. Essa a natureza simbólica da linguagem, conforme o mostra Guimarães. Em razão disso, o mapa, mais que vetor para localização, é texto que significa, porque presentifica a memória histórica. Com maestria Guimarães fornece as pistas para se recompor as histórias enunciativas opacificadas em nomes próprios, os quais, partícipes do processo de subjetivação pelo qual o indivíduo é identificado consigo mesmo, produzem efeito de unicidade. As ruas, lugares por onde circulam as pessoas, são identificadas pela historicidade que seus nomes evocam, não como mera lembrança de acontecimentos, mas como materialização da condição simbólica da linguagem, fazendo significar inclusive a partir do que é calado nos processos de designação.

Sem dúvida, a obra instaura um acontecimento nos estudos enunciativos, possibilitando, na caminha empreendida por suas 96 páginas, incursões e reflexões de peso a partir de uma prática que, por ser demasiadamente cotidiana, opacifica a latência de sentidos que envolve: a designação.